

ANEXO D – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE CLÍNICAS DE REABILITAÇÃO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL
COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL
CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE**

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA/MARINHA DO BRASIL/COMANDO DO 5º DISTRITO NAVAL/CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE

CONTRATADO: Clínicas de Reabilitação.

OBJETO: Prestação de serviços de reabilitação.

NATUREZA: Ostensiva.

VIGÊNCIA: ____/____/____.

VALOR ESTIMADO: _____

REGIME DE EXECUÇÃO: Indireta, empreitada por preço unitário.

PROCESSO Nº: _____

CONTRATO Nº: _____

A União, entidade de direito público interno, por intermédio da CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE (CFPA), órgão do Ministério da Defesa – Marinha do Brasil, com sede na Rua dos Andradas nº 386, Centro Histórico, Porto Alegre/RS – CEP 90020-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0143-66, representada neste ato pelo Capitão dos Portos de Porto Alegre, Capitão de Mar e Guerra _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida pelo Serviço de Identificação da Marinha, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Organização de Saúde Extra Marinha (OSE) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida à _____ nº _____, _____/RS, CEP _____, neste ato representada pelo Sr. Diretor _____, portador da cédula de identidade nº _____ expedida pela _____, inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, nos termos da legislação infraconstitucional constante do Edital de Credenciamento, que integram o presente Termo de Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto.

1. A finalidade deste Contrato é garantir aos usuários do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de **clínicas**, prestação de **serviço de reabilitação**.

1.1. O objeto contratual abrange os seguintes procedimentos:

- 1.1.1. Consulta/Avaliação/ Sessão de Fisioterapia Ambulatorial;
- 1.1.2. Consulta/Avaliação/ Sessão de Fisioterapia Hospitalar;
- 1.1.3. Consulta/Avaliação/ Sessão de Fisioterapia Domiciliar;
- 1.1.4. Consulta/Avaliação/ Sessão de Pilates Individual;
- 1.1.5. Consulta/Avaliação/ Sessão de Pilates Grupo;
- 1.1.6. Consulta/Avaliação/ Sessão de Reeducação Postural Global (RPG);
- 1.1.7. Consulta/Avaliação/ Sessão de Hidroterapia;
- 1.1.8. Consulta/Avaliação/ Sessão de Fonoaudiologia Ambulatorial;
- 1.1.9. Consulta/Avaliação/ Sessão de Fonoaudiologia Hospitalar;
- 1.1.10. Consulta/Avaliação/ Sessão de Fonoaudiologia Domiciliar;
- 1.1.11. Consulta em Nutrição Clínica (atendimento em consultório);
- 1.1.12. Consulta em Nutrição Clínica Domiciliar;
- 1.1.13. Consulta/Avaliação/ Sessão de Terapia Ocupacional;
- 1.1.14. Consulta/Avaliação/ Sessão de Psicologia;
- 1.1.15. Avaliação Psicológica para concessão de registro de arma de fogo;
- 1.1.16. Consulta/Avaliação/ Sessão de Psicopedagogia;
- 1.1.17. Consulta/Avaliação/ Sessão de Musicoterapia;
- 1.1.18. E demais procedimentos que venham a ser necessários.

1.2. As seguintes profissões e respectivas especialidades, devidamente reconhecidas pelo respectivo órgão federal da profissão e regulamentadas por lei, compõem, também, o objeto:

1.2.1. _____ (conforme proposta da OSE).

1.3. A prestação de serviços de reabilitação descritos no Certificado de Registro Cadastral (CRC) nº _____.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital.

2. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 1/2025 da Capitania Fluvial de Porto Alegre (CFPA), de ____ de ____ de ____, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do fundamento legal.

3. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 74, *caput* e 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução.

4. As condições gerais de execução dos serviços constam no Capítulo 7 “DO REGIME DE EXECUÇÃO”, do Edital de Credenciamento, observadas as regras especiais abaixo registradas.

5. Para atendimentos ambulatoriais e/ou procedimentos eletivos, a apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do usuário.

6. A marcação e realização de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos devem ser feitos de forma a atender às necessidades dos usuários do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), privilegiando os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de sessenta e cinco anos de idade, as gestantes, as lactantes, os lactentes, as crianças de até cinco anos de idade e portadores de necessidades especiais.

7. O encaminhamento para atendimento e avaliação de terapia de reabilitação deverá ocorrer por meio de solicitação médica ou odontológica.

8. Poderão ser credenciadas as especialidades de cada profissão devidamente reconhecidas pelo respectivo Conselho Federal.

8.1. Somente será aceito o título de especialista devidamente registrado no respectivo Conselho Federal e/ou Regional.

9. As guias de encaminhamento conterão o número de sessões autorizadas dentro de cada área.

10. A solicitação de autorização para o tratamento nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicopedagogia, psicologia, avaliação neuropsicológica e musicoterapia deverão conter relatório do médico e do profissional da área o qual incluirá: o programa terapêutico, a periodicidade e a estimativa de duração do tratamento.

11. **Psicologia:** as condições gerais de execução dos serviços na área da Psicologia constam no item 15 do anexo “R” do Edital.

12. **Psicopedagogia:** as condições gerais de execução dos serviços na área da Psicopedagogia constam no item 16 do anexo “R” do Edital.
13. **Musicoterapia:** as condições gerais de execução dos serviços na área da Musicoterapia constam no item 17 do anexo “R” do Edital.
14. **Avaliação Neuropsicológica (ANP):** as condições gerais de execução dos serviços na área da Neuropsicologia constam no item 18 do anexo “R” do Edital.
15. **Fisioterapia:** as condições gerais de execução dos serviços na área da Fisioterapia constam no item 19 do anexo “R” do Edital.
16. **Fonoaudiologia:** as condições gerais de execução dos serviços na área da Fonoaudiologia constam no item 20 do anexo “R” do Edital.
17. **Terapia Ocupacional:** as condições gerais de execução dos serviços na área da Terapia Ocupacional constam no item 21 do anexo “R” do Edital.
18. **Nutrição:** as condições gerais de execução dos serviços na área de Nutrição constam no item 22 do anexo “R” do Edital.
19. **Tratamento – Transtorno do Espectro Autista (TEA)**

19.1. Ambulatorial: Máximo de **duas sessões semanais** de terapia. O cômputo das sessões semanais, de todas as especialidades terapêuticas juntas, não deverá ultrapassar o total de **10 sessões por mês**.

19.2. Externato: Possível indicação de três a dez **sessões semanais** de terapia e/ou oficinas (terapêuticas e/ou pedagógicas). O cômputo geral das sessões semanais, de todas as especialidades terapêuticas juntas, não deverá ultrapassar o total de **50 sessões por mês**.

20. A remoção do paciente será de responsabilidade do CONTRATADO, com utilização de ambulância, conforme valores constantes no item 8.16 do Edital de Credenciamento e da cláusula quinta do anexo “H”, devendo ser utilizada a ambulância adequada às necessidades clínicas do usuário do SSM.

21. Nos casos de **urgência e/ou emergência**, o atendimento será **imediato, sem necessidade de apresentação de GAU**, mediante a identificação do usuário socorrido, na forma expressa nos subitens 7.2.1 e 7.2.2 do Edital.

21.1. O **CREDENCIADO** deverá comunicar o fato à **CREDENCIANTE**, nas primeiras **24 horas**, por meio do e-mail cfpa.saude@marinha.mil.br, fornecendo todos os documentos necessários para que seja comprovada a urgência/emergência.

21.2. Comprovada a urgência/emergência, a **CREDENCIANTE** emitirá, em até 7 dias úteis a(s) GAU(s) de emergência a(s) qual(is) englobará(ão) todos os procedimentos de

emergência.

22. É vedada a prescrição de exames em bloco ou daqueles que partam da iniciativa do próprio usuário.

22.1. A solicitação de exames complementares deverá ser feita em receituário próprio do CREDENCIADO, o qual deve conter, além dos dados de identificação, o nome do profissional solicitante, data, assinatura e carimbo e a justificativa (indicação clínica) da solicitação preferencialmente com o CID. Deverá ser observada a Resolução CFM nº 2.381/2024.

22.1.1. Não serão aceitas solicitações feitas em blocos de solicitação próprios de clínicas de imagem.

23. O CONTRATANTE poderá requisitar ao CONTRATADO pareceres clínicos durante o tratamento ou mesmo antes da liberação deste, com o intuito de dirimir dúvidas e/ou acompanhar a evolução do tratamento anteriormente proposto.

24. O abandono do tratamento realizado, pelo usuário, implicará o término da autorização para o procedimento e na indenização do serviço já prestado.

24.1. Se o abandono ocorrer por iniciativa do CONTRATADO, implicará no término da autorização para o procedimento e somente serão pagos os serviços concluídos.

24.2. No caso de interrupção do tratamento, por justo motivo, deverá o usuário ou o titular responsável informar o fato à CFPA, para que os serviços prestados sejam pagos.

24.3. Será considerado abandono de tratamento a hipótese em que o usuário deixar de comparecer ao consultório, sem justificativa, **no prazo de 30 (trinta) dias ininterruptos**.

25. Todo material e medicamento utilizado por parte do CONTRATADO no atendimento do paciente, já está incluso no valor da sessão.

26. A assistência domiciliar será prestada somente em caráter excepcional e quando o estado de saúde do paciente contraindicar sua remoção para uma OSE.

26.1. No caso de tratamento domiciliar serão feitas visitas periódicas para fins de acompanhamento.

27. O CONTRATADO obriga-se a apresentar, ao CONTRATANTE, a relação dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe, cadastrados e autorizados, por parte do CONTRATADO, para atender aos usuários deste contrato nas respectivas profissões e especialidades.

27.1. O CONTRATADO obriga-se a manter junto ao CONTRATANTE, uma relação atualizada dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos

conselhos de classe;

27.2. Quando o corpo clínico do CONTRATADO for constituído, em parte ou no seu todo, por meio de **cooperativa vinculada**, esta deverá apresentar a relação acima descrita, cumpridas as formalidades postas, diretamente para o CONTRATANTE, nos termos do anexo “J” deste Edital.

28. Todos os casos de tratamento deverão ser reavaliados, periodicamente, por médico militar, com emissão do correspondente parecer formal, a fim de acompanhar os procedimentos realizados e estabelecer a necessidade de continuidade ou não do tratamento, conforme o art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

29. A prorrogação do tratamento de fisioterapia será feita mediante relatório de evolução, emitido por fisioterapeuta do corpo clínico do CONTRATADO responsável pelo tratamento do paciente. O acompanhamento com o médico especialista que inicialmente encaminhou o paciente para a reabilitação deverá ser feito trimestralmente.

30. O CONTRATADO, representado no seu Corpo Clínico, prestará assistência na área de reabilitação incluído a seguinte discriminação: material consumido na prestação dos serviços, recursos complementares de diagnóstico e terapia, material e instrumental necessários à execução de atos profissionais.

31. Os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional da própria Organização de Saúde Extra Marinha, entendendo-se como:

31.1. O membro do Corpo Clínico do CONTRATADO;

31.2. O que tenha vínculo de emprego com o CONTRATADO; e

31.3. O autônomo que presta serviço ao CONTRATADO.

32. Equipara-se ao subitem 31.3, o profissional de saúde integrante de pessoa jurídica que exerça atividades na área de saúde, em caráter regular, nas instalações do CONTRATADO.

33. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados, pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de, pelo menos, um dos membros da equipe de Auditores do CONTRATANTE, às dependências do CONTRATADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes; assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

34. O CONTRATADO se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, documentos médico-legais, justificativas para exames, lista de pacientes internados e quaisquer outros documentos pertinentes segundo as normas de regulamentação vigentes.

35. A solicitação de exame ou de procedimento coberto pelo FUSMA, decorrente de

atendimento realizado em OSE ou por PSA, será, obrigatoriamente, precedida de análise por médico militar ou serviço de auditoria da CFPA que decidirá pela sua autorização ou negação.

36. Os tratamentos não cobertos pelo sistema FUSMA, conforme item 7.13 do Edital, não se incluem na presente contratação.

36.1. Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, de procedimento, material e afins.

37. Os atendimentos nas dependências do CONTRATADO serão prestados pelo seu corpo clínico cadastrado.

38. O CONTRATADO deverá considerar o prazo de **30 (trinta) dias da consulta** para os casos de **RETORNO DE CONSULTAS** ambulatoriais.

38.1. Caso o CONTRATADO não tenha disponibilidade de consultas neste prazo, o retorno deve ser considerado até a marcação.

39. O CONTRATADO deverá obedecer a Resolução nº 387/2011 do COFFITO, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Fisioterapêuticos nas diversas modalidades prestadas pelo fisioterapeuta e dá outras providências.

40. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado por portaria do Capitão dos Portos de Porto Alegre. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

41. O Serviço de Auditoria da Divisão de Saúde da CFPA possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do usuário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento.

42. Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme o Capítulo 8 “DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO”, constante do edital de credenciamento.

43. Registrem-se abaixo regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato:

44. O CONTRATADO acolherá por contraprestação os pacotes de prestação de serviços (anexo “P” do Edital) que conjuguem avaliação, prescrição e acompanhamento com acomodações (hotelaria), taxas hospitalares, instrumental cirúrgico, gasometria, equipamentos

e outros serviços especiais para efetivação do tratamento proposto.

45. Procedimentos não especificados na GAU e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

46. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas, quando o usuário tiver sido encaminhado pela CFPA, acompanhado da Guia de Apresentação do Usuário (GAU) original com a assinatura do beneficiário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

47. No caso de comprovada urgência e/ou emergência, o usuário poderá ser atendido independentemente de apresentação de GAU, devendo o CONTRATADO cumprir o item 21.1. deste contrato para que seja providenciada a emissão da GAU de urgência/emergência.

47.1. Procedimentos não especificados na GAU de urgência/emergência e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

47.2. Os valores vigentes na data do atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

48. O CONTRATADO se obriga a apresentar ao CONTRATANTE, **entre o 1º (primeiro) e o 10º (décimo) dia do mês subsequente**, a(s) fatura(s), contemplando todos os serviços prestados até o último dia do mês considerado, em nome da Capitania Fluvial de Porto Alegre, Unidade Gestora do Fundo de Saúde da Marinha, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Apresentação do Usuário (GAU) originais, emitidas pela CFPA, com as assinaturas datadas dos usuários ou de seus responsáveis.

48.1. Caso o CONTRATADO não apresente a documentação no prazo estipulado e a devida justificativa para o atraso, a CONTRATANTE poderá aplicar glosa administrativa e não realizar o pagamento da(s) fatura(s).

48.2. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução.

48.3. Na(s) respectiva(s) fatura(s) deverá constar: o número da GAU, o nome completo do usuário e o seu Número de Identificação Pessoal (NIP). As faturas e respectivas comprovações deverão ser entregues na Sala de Estado (Portaria) da Capitania Fluvial de Porto Alegre (CONTRATANTE), de segunda a sexta, exceto feriados, entre 08:30h e 16:00h.

49. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas em lotes separados, em ordem alfabética, organizados por despesas com consultas, exames e atendimentos de emergência/urgência.

50. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

51. As faturas serão auditadas **no prazo de até 30 (trinta) dias úteis** a contar da data de recebimento. Verificadas eventuais inconformidades será emitido o Relatório de Glosas (anexo “Q” do Edital) pelo CONTRATANTE e os valores parcial ou totalmente glosados, serão informados ao CONTRATADO, discriminando o item e o valor com as razões das glosas efetuadas conforme o anexo “V” do Edital.

51.1. O Relatório de Glosa será enviado, preferencialmente, via digital através do e-mail: cfpa.auditoria@marinha.mil.br ou, se necessário, por meio físico.

51.2. O CONTRATADO deverá informar um endereço de e-mail funcional para troca de informações sobre a auditoria de contas;

51.3. O CONTRATADO deverá notificar o recebimento do Relatório de Glosa, por meio do e-mail: cfpa.auditoria@marinha.mil.br, podendo ser enviado o relatório fisicamente, caso seja necessário.

52. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou com o Edital.

53. O CONTRATADO poderá interpor pedido de reconsideração (**contra glosa**), contra a decisão da glosa, constantes das faturas restituídas pelo CONTRATANTE, dentro do **prazo de 10 (dez) dias** corridos a contar da data de recebimento da glosa.

53.1. O CONTRATANTE terá um prazo de 10 dias úteis para verificação do recurso apresentado na Contra Glosa. Uma vez procedente, o CONTRATANTE efetuará o pagamento. Caso contrário, o CONTRATANTE informará o resultado ao CONTRATADO e arquivará a documentação.

54. A emissão da **Nota Fiscal**, a fim de efetuação do pagamento dos serviços prestados, somente poderá ocorrer **após o completo processo de auditoria**, com o saneamento de possíveis glosas. A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) poderá ser enviada por meio do e-mail: cfpa.auditoria@marinha.mil.br.

55. A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço deverá ser emitida em nome da **Capitania Fluvial de Porto Alegre, CNPJ nº 00.394.502/0143-66**, Endereço: Rua dos Andradas nº 386, Centro Histórico, Porto Alegre/RS CEP 90020-000, na qual deverá constar o número da Nota de Empenho (NE) correspondente e os dados bancários do CONTRATADO, para crédito em conta-corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados.

CLÁUSULA SEXTA - Da atualização dos preços.

56. O critério de atualização dos preços contratados consta conforme o Capítulo 9 “DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da vigência.

57. O prazo de vigência da contratação é **limitada a 60 (sessenta) meses de sua assinatura, podendo ser prorrogado por mais 60 meses**, totalizando a vigência máxima de 120 (cento e vinte) meses. Após este período não cabe prorrogação, na forma do art. 107, da Lei nº 14.133, de 2021. Após tal prazo deverá ser providenciado novo instrumento contratual.

CLÁUSULA OITAVA - Da dotação orçamentária.

58. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato serão os seguintes:

58.1. Para OSE: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820, Natureza de Despesa 339039 e Plano Interno B42201002DU, no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais/ano) – Empenho Estimativo.

58.2. Para PSA: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216820 e Natureza de Despesa 339036 e Plano Interno B42201002DU, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais/ano) – Empenho Estimativo.

CLÁUSULA NONA - Da responsabilidade civil.

59. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

60. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

61. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrente de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA - Das sanções.

62. As sanções aplicáveis restam previstas na Seção 12 “DAS SANÇÕES”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão.

63. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses da Seção 13 “DA RESCISÃO”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante.

64. As obrigações constam da Seção 10 “DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado.

65. As obrigações constam da Seção 11 “DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS”, do Edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da negação de remuneração a militares.

66. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao usuário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – da subcontratação.

67. É permitida ao CONTRATADO subcontratar parte dos serviços objeto deste Contrato, desde que, no momento da contratação, haja definição quanto a empresa em espécie, assim como a pessoa jurídica subcontratada. O CREDENCIADO poderá subcontratar os seguintes serviços: unidades de terapia intensiva, serviços laboratoriais, serviços de apoio ao diagnóstico, serviço de atendimento de enfermagem, locação de material hospitalar, serviços de remoção terrestre e outros que se fizerem necessários, de acordo com o caso concreto.

68. O subcontratado deverá preencher os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, postos no Edital.

69. A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais, quanto ao objeto subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do valor do contrato.

70. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato terá como base o levantamento estimativo dos gastos com atendimentos nos últimos 12 (doze) meses pela CFPA, com contratos odontológicos.

71. O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto

da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato.

72. O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período; em consonância com o regime de empreitada por preço unitário.

73. O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, observado que inexistirá expectativa de direito quanto ao valor estimado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Obrigações pertinentes à LGPD.

74. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

75. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

76. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

77. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

78. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

79. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

80. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

81. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

82. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

83. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

84. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

85. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

86. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Do foro.

87. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o do município de Porto Alegre/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

88. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Porto Alegre, ____ de _____ de 20____.

Pelo CONTRATANTE:

Pelo CONTRATADO:

FLÁVIO FIRMINO DOS SANTOS
Capitão de Mar e Guerra
Ordenador de Despesas da Capitania Fluvial
de Porto Alegre

Nome completo
CPF
Representante legal

TESTEMUNHAS:

Nome completo	Nome completo
CPF	CPF
Testemunha	Testemunha